



By @kakashi_copiador

ASSINADA EM 1990, PORÉM NÃO APROVADA PELO CONGRESSO NACIONAL

RECONHECIMENTO DA DUPLA VULNERABILIDADE DE MIGRANTES E FAMILIARES QUE ESTÃO EM OUTROS PAÍSES DE FORMA IRREGULAR

IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE MIGRANTES E DE SUAS FAMÍLIAS

NECESSIDADE DE CRIAR REGRAS UNIFORMES COM FOCO NO RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS

A CONVENÇÃO APLICA-SE TANTO AO TRABALHADOR MIGRANTE QUE ESTIVER NO ESTADO DE EMPREGO DE FORMA REGULAR, COMO TAMBÉM ÀQUELE QUE FOI PARA OUTRO PAÍS E LÁ INGRESSOU DE FORMA IRREGULAR

PROCESSO MIGRATÓRIO: PREPARAÇÃO PARA MIGRAÇÃO, PARTIDA, TRÂNSITO, DURAÇÃO TOTAL DA ESTADA, ATIVIDADE REMUNERADA, RETORNO AO ESTADO DE ORIGEM E ESTADO DE RESIDÊNCIA HABITUAL

PESSOAS EM RELAÇÃO ÀS QUAIS NÃO SE APLICA A CONVENÇÃO

1. PESSOAS ENVIADAS POR ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS OU PARA REALIZAÇÃO DE FUNÇÕES OFICIAIS;
2. PESSOAS ENVIADAS PELO ESTADO PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E DE COOPERAÇÃO;
3. PESSOAS QUE SE INSTALAM EM ESTADOS ESTRANGEIROS NA QUALIDADE DE INVESTIDORES;
4. REFUGIADOS E APÁTRIDAS, EXCETO PREVISÃO EM CONTRÁRIO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL;
5. ESTUDANTES E ESTAGIÁRIOS; E
6. MARÍTIMOS.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS

DIREITOS ALBERGADOS

DIREITO DE IR E VIR, RESTRINGÍVEL QUANDO

- NECESSÁRIA À SEGURANÇA NACIONAL, À ORDEM PÚBLICA, À SAÚDE E À MORAL PÚBLICAS; OU
- IMPLICAR VIOLAÇÃO A DIREITOS E LIBERDADES DE OUTRAS PESSOAS.

NÃO SERÁ CONSIDERADO COMO TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO

- SERVIÇO EXIGIDO EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL EM RAZÃO DE CONDENAÇÃO PENAL;
- SERVIÇO EXIGIDO EM CASO DE CRIME OU DE CALAMIDADE QUE AMEAÇE A VIDA OU BEM-ESTAR DA COMUNIDADE; E
- OBRIGAÇÕES CÍVICAS NORMAIS EXIGIDAS DOS CIDADÃOS DO ESTADO.

VEDAÇÃO À TORTURA E À ESCRAVIDÃO

DIREITO DE EXPRESSÃO, RESTRINGÍVEL PARA:

- GARANTIA DE DIREITOS E REPUTAÇÃO DE OUTREM;
- FINS DE SEGURANÇA NACIONAL, ORDEM PÚBLICA, SAÚDE OU MORAL PÚBLICAS;
- PREVENÇÃO À INCITAÇÃO À GUERRA;
- PREVENÇÃO À APOLOGIA DO ÓDIO NACIONAL, RACIAL E RELIGIOSO.

DIREITO À VIDA PRIVADA

DIREITO DE PROPRIEDADE

DIREITO À LIBERDADE E SEGURANÇA PESSOAL

**DIREITOS E
GARANTIAS
JUDICIAIS**

- ☐ JULGAMENTO PÚBLICO;
- ☐ TRIBUNAL COMPETENTE, INDEPENDENTE E IMPARCIAL;
- ☐ OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL;
- ☐ PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA;
- ☐ DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO;
- ☐ PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE DA LEI PENAL;
- ☐ INFORMAÇÃO QUANTO ÀS ACUSAÇÕES FORMULADAS;
- ☐ CONTRADITÓRIO DE AMPLA DEFESA;
- ☐ NÃO OBRIGAÇÃO DE TESTEMUNHAR OU CONFESSAR-SE CULPADO.

**CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS
OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS**

**VEDAÇÃO À
DESTRUIÇÃO DE
DOCUMENTOS**

**VEDAÇÃO À
EXPULSÃO
COLETIVA**

**DIREITO À PROTEÇÃO E
ASSISTÊNCIA DIPLOMÁTICA
E CONSULAR**

**RECONHECIMENTO
DA PERSONALIDADE
JURÍDICA**

**DIREITO À
IDENTIDADE
CULTURAL**

**DIREITOS ASSEGURADOS
APENAS AOS MIGRANTES
REGULARES**

**DIREITOS
TRABALHISTAS**

**DIREITO À
EDUCAÇÃO**

**DIREITO AO
NOME E
NACIONALIDADE**

**DIREITO À
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DIREITO À
SAÚDE**

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS

COMPOSTO POR → 14 PERITOS, COM AUTORIDADE MORAL, IMPARCIALIDADE E RECONHECIDA COMPETÊNCIA

COMITÊ

FINALIDADE → FISCALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRESCRITOS NA CONVENÇÃO

MECANISMO DE RELATÓRIOS

ENCAMINHADOS AO COMITÊ

SÃO ENVIADOS CADA 5 ANOS E SEMPRE QUE O COMITÊ SOLICITAR

MECANISMO DAS
PETIÇÕES
INDIVIDUAIS

- ❑ SÃO DIRECIONADAS AO COMITÊ
- ❑ A ADMISSIBILIDADE DA PETIÇÃO INDIVIDUAL ESTÁ CONDICIONADA A INEXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO SUBMETIDO A OUTRO PROCEDIMENTO INTERNACIONAL (LITISPENDÊNCIA INTERNACIONAL);
- ❑ INADMISSIBILIDADE DE PETIÇÕES INDIVIDUAIS ANÔNIMAS, ABUSIVAS OU INCOMPATÍVEIS COM AS REGRAS DA CONVENÇÃO;
- ❑ ESGOTAMENTO DOS RECURSOS INTERNOS;
- ❑ NÃO HÁ EXIGÊNCIA DE ACEITAÇÃO EXPRESSA PELO ESTADO QUANTO A ESSE MECANISMO DE FISCALIZAÇÃO